Título:	**IGUALDADE DE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E AGENDA 2030: AVANÇOS E DESAFIOS NO CONTEXTO BRASILEIRO**		
Autores:	Daniela Fernanda Lopes da Silva Marli Marlene Moraes da Costa		
Área	[ ] Humanas [X] Sociais Aplicadas [ ] Biológicas e da Saúde [ ] Exatas, da Terra e Engenharias	Dimensão:	[ ] Ensino [X] Pesquisa [ ] Extensão [ ] Inovação

Resumo:
A igualdade de gênero é fundamental para a efetivação dos direitos humanos e para a construção de uma sociedade democrática. Apesar dos avanços sociais e jurídicos alcançados nas últimas décadas, desigualdades entre homens e mulheres ainda permanecem no Brasil, demonstrando que o reconhecimento formal de direitos não é suficiente para transformar padrões sociais historicamente construídos. Nesse sentido, o presente estudo parte do seguinte problema: quais são os principais avanços e desafios relacionados à igualdade de gênero no Brasil no contexto da Agenda 2030? O objetivo geral é analisar esses avanços e desafios, compreendendo a igualdade de gênero como um direito humano e considerando a sua relação com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5. Especificamente, busca-se (i) compreender a igualdade de gênero como direito humano e sua relação com a Agenda 2030, (ii) identificar políticas públicas brasileiras voltadas à promoção da igualdade de gênero, e (iii) analisar os principais avanços e desafios para a promoção da igualdade de gênero no Brasil à luz da Agenda 2030. A discussão também considera contribuições da Filosofia e da Psicologia para compreender como ideias, crenças, estereótipos e papéis sociais podem ser aprendidos, naturalizados e reproduzidos. Como referência filosófica, a Alegoria da Caverna, de Platão, pode ser interpretada como uma reflexão sobre a passagem de percepções limitadas para o conhecimento e o pensamento crítico, permitindo relacioná-la, de forma contemporânea, à necessidade de questionar concepções de gênero apresentadas socialmente como naturais. Na perspectiva psicológica e social, a aprendizagem de expectativas sobre comportamentos considerados próprios de homens e mulheres contribui para a manutenção de determinados papéis e desigualdades. A pesquisa possui abordagem qualitativa, adotando o método dedutivo e as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, considerando produções acadêmicas, legislação brasileira e documentos oficiais. A análise aponta avanços no reconhecimento jurídico da igualdade, na criação de políticas públicas e na ampliação da participação feminina em diferentes espaços sociais. Destaca-se que a Constituição Federal de 1988 estabelece igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações (Brasil, 1988), enquanto a Agenda 2030 estabelece compromissos relacionados ao enfrentamento da discriminação, à valorização e à distribuição mais equitativa do trabalho de cuidado e à participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão (ONU, 2015). Entretanto, permanecem desafios estruturais relacionados à violência contra as mulheres, à divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidado, às diferenças de oportunidades e à

sub-representação feminina em espaços de poder. Conclui-se que a promoção da igualdade de gênero no Brasil depende da continuidade e do fortalecimento das políticas públicas e de transformações culturais e educacionais. Questionar ideias e padrões historicamente naturalizados, desenvolver o pensamento crítico e promover uma educação baseada em direitos humanos são caminhos importantes para reduzir desigualdades e aproximar o país do cumprimento da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015.

Link do Vídeo:https://drive.google.com/file/d/1muCVa0_wVAneZ9v05s_uldVtdTB9qZxu/view?usp=drivesdk